

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício a DTVM apresentou um lucro de R\$ 84.399 mil, correspondente a R\$ 1.687,98 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 35.202 mil. Em 31 de dezembro de 2014 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 4.650,50 com aumento de 56,98% em relação ao exercício anterior.

São Paulo, 17 de março de 2015

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

Ativo	2014	2013	Passivo	2014	2013
Circulante	1.095.938	816.744	Circulante	872.130	708.177
Disponibilidades	336	363	Outras obrigações (Notas 7, 8 e 9)	872.130	708.177
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	1.091.914	806.282	Fiscais e previdenciárias	45.988	61.756
Aplicações no mercado aberto	-	749.092	Negociação e intermediação de valores	822.890	638.607
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.091.914	57.190	Diversas	3.252	7.814
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	-	6.468	Exigível a longo prazo	19.462	19.386
Carteira própria	-	6.468	Outras obrigações (Notas 7 e 9)	19.462	19.386
Outros créditos (Nota 7)	3.632	3.457	Fiscais e previdenciárias	18.134	18.609
Rendas a receber	2.902	2.920	Diversas	1.328	777
Diversos	730	537	Patrimônio líquido (Nota 11)	232.525	148.126
Outros valores e bens	56	174	Capital social	134.104	104.104
Despesas antecipadas	56	174	De domiciliados no País	134.104	104.104
Realizável a longo prazo	27.498	58.902	Reservas de capital	2.584	2.584
Outros créditos (Nota 7)	27.498	58.902	Reservas de lucros	95.837	41.438
Diversos	27.498	58.902	Total do passivo e patrimônio líquido	1.124.117	875.689
Permanente	681	43			
Investimentos	1	1			
Outros investimentos	1	1			
Imobilizado de uso	680	42			
Outras imobilizações de uso	739	48			
(Depreciações acumuladas)	(59)	(6)			
Total do ativo	1.124.117	875.689			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital	Aumento de capital	Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária		
Em 31 de dezembro de 2012	65.104	-	2.584	-	5.272	39.964	-	112.924
Aumento de capital (Nota 11)	39.000	-	-	-	-	(39.000)	-	-
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 12 (b))	-	-	-	431	-	-	-	431
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 12 (b))	-	-	-	(431)	-	-	-	(431)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	35.202	35.202
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	-	-	1.760	-	(1.760)	-
Reserva estatutária (Nota 11)	-	-	-	-	-	33.442	(33.442)	-
Em 31 de dezembro de 2013	104.104	-	2.584	-	7.032	34.406	-	148.126
Aumento de capital (Nota 11)	30.000	-	-	-	-	(30.000)	-	-
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 12 (b))	-	-	-	(560)	-	-	-	(560)
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 12 (b))	-	-	-	560	-	-	-	560
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	84.399	84.399
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	-	-	4.220	-	(4.220)	-
Reserva estatutária (Nota 11)	-	-	-	-	-	80.179	(80.179)	-
Em 31 de dezembro de 2014	134.104	-	2.584	-	11.252	84.585	-	232.525
Em 30 de junho de 2014	104.104	30.000	2.584	-	8.853	4.406	34.601	184.548
Aumento de capital (Nota 11)	30.000	(30.000)	-	-	-	-	-	-
Reconhecimento do plano baseado em ações (Nota 12 (b))	-	-	-	(217)	-	-	-	(217)
Repagamento do plano baseado em ações (Nota 12 (b))	-	-	-	217	-	-	-	217
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	47.977	47.977
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	-	-	-	-	2.399	-	(2.399)	-
Reserva estatutária (Nota 11)	-	-	-	-	-	80.179	(80.179)	-
Em 31 de dezembro de 2014	134.104	-	2.584	-	11.252	84.585	-	232.525

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Distribuidora") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Distribuidora foram aprovadas pela Administração em 17 de março de 2015. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Distribuidora foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **3. Principais práticas contábeis:** (a) **Apuração do resultado:** É apurado pelo regime de competência. (b) **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no balanço patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativa e freqüentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. (c) **Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. (d) **Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. (e) **Permanente:** Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplem a vida útil-econômica dos bens, 10%. (f) **Passivos contingentes e obrigações legais** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. (i) Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos

cujos riscos de perda seja classificado como provável. Não há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (ii) **Obrigações legais** - os processos tributários que estão caracterizados como obrigação legal, são integralmente provisionados. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. (g) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15% a partir de maio de 2008, conforme art. 17 da Lei nº 11.727/08. O ativo e o passivo fiscal diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e à legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2014, foram aplicadas as alíquotas de 25% e 15% sobre os ajustes temporários para obtenção do saldo de crédito tributário e passivo fiscal diferido de IR e CSLL, respectivamente. Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, que alterou a legislação tributária relativamente ao IRPJ, à CSLL, ao PIS e à COFINS. Tal lei dispôs sobre a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando a tributação dos ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos na legislação societária em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais de contabilidade. A adoção das novas regras foi facultativa para o ano de 2014 e a Distribuidora decidiu não aderir, considerando a inexistência de impactos financeiros relevantes para a Distribuidora. (h) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa, demonstrados no fluxo de caixa, incluem, quando aplicável, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. (i) **Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Distribuidora registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC 10 - Pagamento baseado em ações, aprovado pelo BACEN. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse Passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*. Assim, se valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da reserva de capital do Banco. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 336 (2013 - R\$ 363) e aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2014	2013
Receitas de intermediação financeira	75.988	134.518	86.758
Resultado com operações de títulos e valores mobiliários	75.988	134.518	86.758
Resultado bruto de intermediação financeira	75.988	134.518	86.758
Outras receitas (despesas) operacionais	4.296	6.477	(16.648)
Receitas de prestação de serviços (Nota 14 (a))	19.159	35.903	30.172
Despesas de pessoal	(5.848)	(12.178)	(10.316)
Despesas administrativas (Nota 14 (b))	(5.582)	(10.998)	(7.460)
Despesas tributárias	(5.351)	(9.013)	(5.706)
Outras receitas operacionais (Nota 14 (c))	4.626	6.927	3.165
Outras despesas operacionais (Nota 14 (d))	(2.708)	(4.164)	(26.503)
Resultado operacional	80.284	140.995	70.110
Resultado antes da tributação sobre o lucro	80.284	140.995	70.110
Imposto de renda e contribuição social (Nota 10)	(32.307)	(56.596)	(34.908)
Provisão para imposto de renda	(16.717)	(32.134)	(22.897)
Provisão para contribuição social	(10.894)	(20.151)	(13.753)
Ativo fiscal diferido	(4.696)	(4.311)	1.742
Lucro líquido do semestre/exercício	47.977	84.399	35.202
Quantidade de ações (Nota 11)	50.000	50.000	50.000
Lucro líquido por ação no final do semestre/exercício - R\$	959,54	1.687,98	704,04

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Segundo semestre	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2014	2014	2013
Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	48.026	84.452	35.208
Lucro líquido do semestre/exercício	47.977	84.399	35.202
Ajuste ao lucro líquido:			
Depreciações	49	53	6
Variação de ativos e obrigações	(47.126)	(832.880)	292.364
(Aumento)/Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	242.653	(1.034.724)	396.472
Redução em TVM	-	6.468	82.851
(Aumento)/Redução em outros créditos	33.930	31.229	(13.929)
(Aumento)/Redução em outros valores e bens	(23)	118	(174)
Aumento/(Redução) em outras obrigações	(317.732)	203.767	(134.759)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.954)	(39.738)	(38.097)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades operacionais	900	(748.428)	327.572
Atividades de investimento			
Aquisição de outros imobilizados de uso	(680)	(691)	(47)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(680)	(691)	(47)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	220	(749.119)	327.525
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	116	749.455	421.930
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	336	336	749.455
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	220	(749.119)	327.525

R\$ 1.091.914 (2013 - R\$ 57.190) e aplicações no mercado aberto em 2013 no montante de R\$ 749.092 (Nota 5). **5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se às aplicações com empresas do grupo no valor de R\$ 1.091.914 (2013 - R\$ 806.282), sendo R\$ 1.091.914 (2013 - R\$ 57.190) referente a aplicações em depósitos interfinanceiros com vencimento em janeiro de 2015 (2013 - janeiro de 2014), e em 2013 R\$ 749.092 referente a aplicações em operações compromissadas - posição bancada.

6. Títulos e valores mobiliários

(a) Classificação e composição da carteira

	Valor de custo	Ganhos não realizados	Valor de mercado 2014	Valor de mercado 2013
Títulos para negociação				
Carteira própria	-	-	-	6.468
LFT	-	-	-	6.468
Total da carteira de TVM	-	-	-	6.468

(b) Composição por prazos de vencimentos

	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total
Carteira própria	-	-	-
Total 2014	-	-	-
Total 2013	-	6.468	6.468

7. Outros créditos e outras obrigações: "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por devedores por depósitos em garantia no montante de R\$ 24.803 (2013 - R\$ 51.681) (Nota 9(a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no montante de R\$ 3.351 (2013 - R\$ 7.662) (Nota 10). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias", refere-se, principalmente a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no montante de R\$ 41.602 (2013 - R\$ 29.673) e provisões para obrigações legais relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 21.584 (2013 - R\$ 49.842) (Nota 9 (b)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicáveis, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" estão representadas, principalmente, por provisão para pagamentos a efetuar no valor de R\$ 4.448 (2013 - R\$ 5.895). **8. Negociação e intermediação de valores:** "Negociação e intermediação de valores" referem-se, no passivo, a credores por conta de liquidações pendentes no valor de R\$ 822.890 (2013 - R\$ 638.607), em decorrência do serviço de custódia prestado por esta entidade. **9. Passivos contingentes e obrigações legais:** A Distribuidora é parte em processos judiciais de natureza tributária e trabalhista, sendo as principais demandas aquelas que envolvem os seguintes assuntos: (i) alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, Continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii)dedutibilidade da despesa da CSLL da base de cálculo do Imposto de Renda e (iii) cobrança de alíquota diferenciada da CSLL em relação às empresas não financeiras. As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2014	2013	2014	2013
Fiscais e previdenciárias	24.803	51.681	21.584	49.842
Total	24.803	51.681	21.584	49.842

	Fiscais e previdenciárias		Total
	2014	2013	
Saldo inicial	49.842	44.045	
Despesas financeiras - juros	4.099	2.083	
Constituições	881	3.714	
Anistia (Nota 9 (d))	(33.238)	-	
Saldo final	21.584	49.842	

(c) **Fiscais e previdenciárias – obrigações legais:** Em decorrência da publicação da Lei nº 12.865/2013, que reabriu o Programa de Anistia da Lei nº 11.941/2009, a instituição revisou seus processos, tanto no âmbito administrativo quanto judiciário. Foram selecionados para adesão à reabertura da Anistia aproximadamente 40% dos processos judiciais e administrativos, cujo montante provisionado corresponde a R\$ 48.365, sendo que os mais relevantes referem-se aos casos de PIS e COFINS 9.718 (alargamento da base), PIS Emendas Constitucionais e CSLL Isonomia. No mês de julho de 2014, em razão da publicação da Lei nº 12.973, que reabriu o Programa de Anistia específico para PIS e COFINS devido por instituições financeiras, previsto no artigo 39 da Lei nº 12.685, a instituição revisou seus processos de PIS e COFINS e incluiu os casos remanescentes de PIS e COFINS 9.718 (alargamento da base) no referido Programa de Anistia, tendo quitado tais débitos na modalidade de pagamento à vista. No mês de outubro de 2014, por decisão da instituição e nos termos da legislação, os débitos relacionados aos processos incluídos na reabertura do Programa de Anistia estabelecida pela Lei nº 11.941 foram liquidados, com a amortização das parcelas pendentes, o que gerou um impacto negativo de R\$ 13 no resultado na instituição, integralmente reconhecido em outubro de 2014.

10. Imposto de renda, contribuição social e crédito tributário: A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2014	2013
Contingências fiscais	1.404	6.499
Provisão de honorários advocatícios	607	578
Provisão para participações nos lucros	503	375
Unidades de ações restritas – RSU (Nota 3 (i))	387	179
Outras	450	31
Total de créditos tributários - ativo	3.351	7.662

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 871 (2013 – R\$ 1.748), tendo sido realizado R\$ 5.182 (2013 – R\$ 7) sobre diferenças temporárias. A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 3.351 é estimada em 20% ao ano no 1º ano, 6% no 2º ano, 9% no 3º ano, 4% nos 4º e 5º anos, 7% nos 6º e 7º anos, 13% nos 8º e 9º anos e 17% no 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculados

considerando a estimativa de taxa de juros futuros, apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 1.844 (2013 – R\$ 6.907). A Distribuidora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 31 de dezembro de 2014 e 2013. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2014	2013
Resultado antes do IR e CSLL	140.995	70.110
Encargo total do IR e CSLL às alíquotas vigentes	(56.398)	(28.044)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(22)	(6.892)
Depósito judicial CSLL	-	-
Outros	(176)	28
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos	(198)	(6.864)
Total da despesa de IR e CSLL no exercício	(56.596)	(34.908)

11. Patrimônio líquido: O capital social é representado por 50.000 ações ordinárias sem valor nominal. O estatuto assegura um dividendo mínimo anual de 3% do capital realizado ou de 6,25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária, dos dois o que resultar em menor montante, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de abril de 2013, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 39.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de “Reserva de Lucros – Estatutária”, sem a emissão de novas ações, aprovado pelo BACEN em 05 de julho de 2013. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 30.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de “Reserva de Lucros – Estatutária” no valor de R\$ 30.000, sem a emissão de novas ações. A “Reserva de Lucros – Estatutária” poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A “Reserva de Lucros – Legal” é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. A reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Os acionistas optaram pelo não recebimento de dividendos sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, conforme deliberado em Reunião da Diretoria realizada em 30 de dezembro de 2014. **12. Benefícios: (a) Fundo de pensão:** A instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão (“Fundo”), constituído sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Distribuidora contribuiu com R\$ 343 (2013 – R\$ 335) para o Fundo. **(b) Unidades de ações restritas:** Os funcionários elegíveis da Distribuidora participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o *vesting period* de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque – NYSE), concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão. O montante que transitou no patrimônio líquido no exercício em função

da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos foi de R\$ 560 (2013 – R\$ 431). O valor da obrigação de repagamento registrada no passivo em 31 de dezembro de 2014, incluindo encargos sociais, é de R\$ 922 (2013 – R\$ 446). Em virtude desse programa a despesa registrada no exercício é de R\$ 701 (2013 – R\$ 283), incluindo os encargos sociais. **13. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P. Morgan):** As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. J.P. Morgan S.A. DTVM é uma empresa controlada pelo Banco JP Morgan S.A.. As demais entidades são empresas coligadas do Grupo.

	2014		2013	
	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)	Ativos/ (Passivos)	Receitas/ (Despesas)
Disponibilidades	336	-	363	-
Banco J.P. Morgan S.A. ..	336	-	363	-
Aplicações em operações em compromissadas	-	32.389	749.092	73.230
Banco J.P. Morgan S.A. ..	-	32.389	749.092	73.230
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.091.914	102.094	57.190	10.983
Banco J.P. Morgan S.A. ..	1.091.914	102.094	57.190	10.983
Despesas de pessoal ..	(276)	(199)	(282)	(193)
JPMorgan Chase & CO. (276)	(276)	(199)	(282)	(193)
Outros valores a pagar	-	-	(1)	(1)
JPMorgan Chase Bank São Paulo Branch	-	-	(1)	(1)
Rendas de prestação de serviços	2.902	35.903	2.921	30.172
JP Morgan Overseas CAP CORP.	36	34	70	70
JPMorgan Chase Bank, N.A. - London Branch ..	2.866	35.869	2.851	30.102

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco. **14. Outras informações:** (a) “Receitas de prestação de serviços” referem-se a receitas de serviço de custódia no valor de R\$ 35.903 (2013 – R\$ 30.172). (b) “Despesas administrativas” referem-se, principalmente, a despesas de serviços técnicos especializados no valor de R\$ 1.518 (2013 – R\$ 2.362), despesas de serviços do sistema financeiro no valor de R\$ 3.561 (2013 – R\$ 1.158), despesas de alugueis no valor de R\$ 2.641 (2013 – R\$ 1.969), despesas com viagens no valor de R\$ 78 (2013 – R\$ 507), despesas de processamento de dados no valor de R\$ 498 (2013 – R\$ 868) e despesas de manutenção e conservação no valor de R\$ 1.363 (2013 – R\$ 28). (c) “Outras receitas operacionais” referem-se, principalmente, à atualização monetária sobre “Outros créditos - diversos” no valor de R\$ 6.424 (2013 – R\$ 2.172). (d) “Outras despesas operacionais” referem-se, principalmente, à atualização monetária sobre “Outras obrigações - fiscais e previdenciárias” no valor de R\$ 4.099 (2013 – R\$ 2.083). Em 2013 havia despesa de serviços de terceiros no valor de R\$ 24.420. (e) Em 31 de dezembro de 2014 os ativos em custódia totalizavam R\$ 152.326.828 (2013 – R\$ 161.510.030). (f) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Distribuidora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

A Diretoria

Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstra-

ções contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem

como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 18 de março de 2015



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0